



A ACELERAÇÃO DO TEMPO E PROCESSO HISTÓRICO EM REINHART KOSELLECK E TIMOTHY BROOK

Luís Claudio Palermo

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

luisclaudio72@gmail.com

Resumo:

A historiografia é uma forma de cultura escrita cujo objetivo primaz e primário é apresentar os resultados de uma pesquisa histórica. O dilema que se coloca é em que medida essa cultura escrita consegue não somente expressar adequadamente os conhecimentos construídos, mas também mostrar a operacionalização dos instrumentos de pesquisa utilizados. É nesse sentido que este artigo intenta fazer um exercício analítico sobre duas obras importantes para a historiografia: um livro de Reinhart Koselleck e outro de Timothy Brook. Visa-se, com esse exercício, analisar como os autores utilizaram as noções de aceleração do tempo e de processo, que são tão caras à epistemologia da história, em seus argumentos e na composição de suas teses. Nota-se, com isso, diferenças e aproximações entre eles que nos permitem colocar em discussão o desenvolvimento e o aprendizado da epistemologia da história, a partir da cultura escrita.

Palavras-chave: Aceleração do tempo; processo histórico; teoria e metodologia da história; historiografia.

Abstract:

Historiography is a form of written culture whose first and primary purpose is to present the results of historical research. The dilemma that arises is to what extent this written culture is able not only to adequately express the knowledge constructed, but also to show the operationalization of the research instruments being used. In this spirit, we make an analytical exercise based on two important historiographic works, one by Reinhart Koselleck, the other by Timothy Brook. The purpose of this exercise is to analyze how the authors used the notions of acceleration of time and process which are so dear to the epistemology of history, its arguments and the composition of its theses. We identify differences and similarities that lead to reflect on the development and learning of the epistemology of history out of written culture.

Keywords: Acceleration of time; Historical process; Theory and methodology of history; historiography.

Introdução

A história é a ciência dos homens no tempo. Esse é um dos ensinamentos clássicos mais importantes que nos foi oferecido por Marc Bloch (2002). Esse historiador é enfático: “Ciência dos homens” é pouco, é vago demais. “É preciso acrescentar: ‘dos homens, no tempo’” (Idem, p. 55). Não é somente para a história como ciência que o tempo é importante, pois ele é também um componente crucial na vida das pessoas, não somente no sentido biológico, mas sobretudo no tocante à produção de sentido que fazemos sobre nossa existência. É por isso que há um ditado popular que afirma que o “tempo é o senhor da razão”.

Nesse sentido, não há como desconsiderar a condição de um tempo que prefigura a vida humana, um “tempo sideral” (THOMPSON, 1998. p. 268) que está contido no movimento da natureza e que faz parte da vida de todos os seres. Entretanto, esse não corresponde à matéria-prima basilar e matricial de cuja semente se utiliza o historiador para analisar os seres humanos e procurar explicar as inúmeras relações entre eles.

Tendo por base a vida natural, Norbert Elias (1998) acrescenta às três dimensões espaciais (altura, largura e profundidade) o tempo, ou seja, aquele tempo natural que corresponde, segundo ele, à quarta dimensão, que está diretamente ligada às três anteriores. Essa poderia ser uma boa alegoria para iniciarmos uma reflexão acerca da natureza. A partir desse autor, podemos pensar na natureza, em si, como sendo formada, em sua base, por um mundo que é composto de quatro dimensões (cf. ELIAS, 1998, p. 32), na medida em que é composto do espaço (com suas três dimensões) e do tempo.

Não obstante, avançando na discussão sobre o tempo, Elias afirma ser importante mesmo o tempo como a quintessência ou, dito de outra maneira, o tempo que serve de referência para o comportamento humano e suas relações entre si. Desse modo, o que é valorizado por Elias é o tempo em sua dimensão cultural, haja vista que, “[...] ao lado do devir quadridimensional, a quinta dimensão, representada pelos homens que apreendem e organizam esse devir, penetra no campo de visão dos observadores” (Idem, p. 31).

Por essa linha de pensamento, o tempo não tem um sentido correspondente ao simples movimento natural que impõe uma determinação cabal à vida dos seres, de

modo que nenhum indivíduo vivo escaparia a essa determinação, principalmente no que diz respeito às transformações lineares e cumulativas do tempo. O tempo não representaria, nessa perspectiva, uma linha vital do nascimento à morte (contemplando início, meio e fim).

Em outros termos, a matriz de raciocínio de Elias nos faz pensar o tempo como mestre regente das ações sociais, como meio concatenador da vida cultural, enfim, como um campo de existência efetivo em que as relações humanas se plasmas. O singelo deslocamento operado tem o sentido de nos mostrar que a existência do tempo passa a ter grande valor em sua quinta dimensão, ou seja, na perspectiva do tempo como concatenador, como orientador das relações humanas. Destarte,

[...] O tempo que só era apreendido, no patamar anterior [natural], como uma dimensão do universo físico, passa a ser apreendido, a partir do momento em que a sociedade se integra como sujeito do saber no campo da observação, como um símbolo de origem humana e, ainda por cima, sumamente adequado a seu objeto (Idem, *ibidem*).

Adentrando nesse tempo social, cultural e histórico, ao qual se refere o autor mencionado, podemos perceber que sua complexidade se torna ainda mais acentuada, visto que o domínio da vida e a concatenação dos tempos sociais inscritos numa cultura (ou nas interconexões culturais) apresentam seu grau de infabilidade, na medida em que esse tempo (da quintessência) já não deve mais ser descrito ou compreendido em sua natureza pura. É por isso que se torna necessário acrescentar que, “[...] Para Heidegger, o interesse cognoscitivo da Historiografia depende, ontologicamente, da historicidade” (NUNES, 1992, p. 138).

Elias faz, portanto, uma análise que remete às perspectivas complementares entre o tempo natural, o tempo simbólico (cultural) e o tempo individual. Segundo o autor, o que importa mesmo não é o tempo em sua dimensão natural, uma vez que que seu uso social é o que define o ritmo da vida humana. Desse modo, a preocupação de Elias é compreender, a partir da caríssima relação indivíduo e sociedade, em que medida o tempo vivido por pessoas é organizado a partir de uma referência dada pela coletividade, ou seja, pela concatenação dos tempos de uma sociedade cujo simbolismo ocorre com base na necessidade de inter-relação entre o indivíduo e a sociedade.

Em adendo ao pensamento sociológico sobre o tempo, cumpre trazer à baila uma discussão que é estabelecida pelo historiador inglês Edward P. Thompson (1998)

sobre o processo de crescente aprimoramento da medição do tempo como meio de regulação da vida social (especialmente como meio de exploração da mão de obra), bem como sobre a gradativa mudança na “percepção do tempo em seu condicionamento tecnológico” (Idem, p. 189), na Europa ocidental.

O historiador aqui focalizado mostra o quanto existe um processo de amplas transformações que ocorre na Europa ocidental, entre o século XIV e o XIX, cujo cerne é o aprimoramento do controle externo (social) que visava concatenar experiências, tarefas e, aos poucos, exercer uma profícua exploração do trabalho. Esse processo foi longo e não se ancorou somente na exploração da mão de obra, mas também se fez presente no ensino, nas pregações, em suma, na vida social como um todo, tendo o trabalho como ponto referencial (Idem, pp. 297-298).

É muito importante destacar que essas mudanças alteraram, por conseguinte, a forma como as pessoas passaram a internalizar o tempo, produzindo uma inflexão no aparato cognitivo dos indivíduos, uma vez que “não existe desenvolvimento econômico [e social] que não seja ao mesmo tempo desenvolvimento ou mudança de uma cultura” (Idem, p. 304).

Se, a partir das formulações de Thompson, podemos perceber as modificações graduais nas pressões externas (sociais), especialmente no ritmo do trabalho, que geraram transformações na forma de o ser humano enxergar e encarar a vida de forma cada vez mais rápida e orientada pelo ritmo industrial, a partir do sociólogo Georg Simmel (2005), podemos compreender como as transformações, na modernidade europeia, produziram alterações significativas na sociabilidade das grandes cidades.

Portanto, um ponto caro à sociologia, com base nas análises desse pensador alemão, é a discussão sobre as modificações estruturais que ocorreram nas grandes cidades modernas europeias, mormente após o século XIX. Dentre as questões mais importantes que podem ser destacadas, a partir de Simmel, cabe o destaque a três: grande adensamento populacional, “*intensificação da vida nervosa*” (Idem, p. 577, grifos do autor) e desenvolvimento de uma economia pautada na “essência contábil do dinheiro” (Idem, p. 580). Segundo esse autor, “[...] O desenvolvimento da cultura moderna caracteriza-se pela preponderância daquilo que se pode denominar espírito objetivo sobre o espírito subjetivo” (Idem, p. 588).

Com base no sociólogo alemão, especialmente no que diz respeito aos três pontos elencados antes, é possível perceber que ocorre, na Europa ocidental, uma

aceleração significativa do tempo e da “vida nervosa”, desde, pelo menos, o século XIX. Evidentemente, essa aceleração não tem conexão com o tempo natural, mas sim com a acentuação no ritmo da vida social que estava pautada em movimentos cada vez mais heterogêneos e acelerados.

Simmel nos mostra que um dos principais impactos promovidos por essas mudanças, na modernidade europeia, ocorre na vida do espírito. Por essa perspectiva sociológica, o comportamento das pessoas, nas grandes cidades, tende a ser baseado no entendimento racional mais do que na subjetividade. O espírito moderno – e as grandes cidades representam fulcralmente este espírito – é contábil, racionalizado, tendendo a valorizar a objetividade e a individualidade, influenciando os indivíduos a terem um comportamento *blasé*, a serem indiferentes em relação aos outros. Como desdobramento, as relações sociais tendem a ser pautadas na impessoalidade e não na pessoalidade.

Diante do que foi exposto, é possível afirmar que “[...] os anos entre 1300 e 1650 presenciaram mudanças importantes na percepção do tempo no âmbito da cultura intelectual da Europa” (THOMPSON, 1998, p. 268). Vale sublinhar que não somente na percepção, mas também houve transformações significativas no ritmo da vida social (cf. SIMMEL, 2005) e no modo como se procurou, a partir do tempo, “regular os comportamentos do grupo” (ELIAS, 1998, p. 16).

Tendo em vista essas observações que se baseiam em alguns autores/pensadores clássicos, percebe-se que as noções de processo histórico e de aceleração do tempo social correspondem a chaves heurísticas e cognitivas caríssimas à epistemologia das Ciências Sociais e Humanas. Dessa forma, a atenção do pesquisador (ou da pesquisadora) à relação que os sujeitos (ou atores sociais) têm com o tempo histórico e a possibilidade de pensar os acontecimentos a partir de uma conexão temporal mais ampla são ferramentas que adensam a possibilidade de apreensão do problema de estudo proposto.

Contudo, essas noções não representam somente duas ferramentas valiosas para a construção do conhecimento histórico, conforme assinalado antes, elas também podem ser usadas ou operacionalizadas como instrumentos produtivos na organização cognitiva dos resultados da pesquisa. Destarte, além de serem importantes chaves de pesquisa, são também valiosas ferramentas de exposição, de argumentação etc. Podem ser evocados, pois, como exemplo, os historiadores ligados à micro-história que, segundo Revel, participaram da evolução da narrativa “[...]”

porque consideram que uma escolha narrativa decorre da experimentação histórica tanto quanto os próprios procedimentos de pesquisa” (REVEL, 1998, p. 36).

Consubstanciadas as reflexões iniciais, cumpre definir que o artigo propõe analisar e discutir como dois historiadores importantes no campo da historiografia operacionalizaram essas noções de processo histórico e de aceleração do tempo social, levando-se em conta duas de suas obras. Portanto, partindo da escrita desses historiadores, objetiva-se mostrar como as mencionadas noções se configuram como importantes instrumentos de pesquisa para os autores. Intenta-se, com isso, apresentar alguns apontamentos/resultados que nos permitam pensar sobre a relação entre a cultura escrita e as possibilidades teórico-metodológicas inseridas nas discussões realizadas pelos autores selecionados, tentando oferecer alguma contribuição para a epistemologia da história, a partir da referência teórico-metodológica trabalhada por esses renomados autores.

Os historiadores que fazem parte dessa análise e desse debate são Timothy Brook e Reinhart Koselleck. Os trabalhos de cada autor que foram selecionados são: *Futuro Passado – Contribuição à semântica dos tempos históricos* (Koselleck) e *O chapéu de Vermeer: o século XVII e o começo do mundo globalizado* (Brook).

Cumpre registrar, desde este ponto inicial, que essas obras não têm conexões diretas entre si. Desse modo, não se trata, neste artigo, de sugerir uma análise que vise propor uma concatenação prévia de tais obras nem expor um diálogo que, porventura, tenha sido realizado entre os autores. Não se trata disso. Contudo, tendo em vista a importância de ambas as obras para a contemporaneidade e para a escrita da história¹, intenta-se, aqui, realizar uma análise que posicione as noções de aceleração do tempo e de processo como conhecimentos importantes para estruturação dos principais argumentos dos autores que constam nas obras em apreço.

Portanto, intenta-se, com esse exercício, mostrar como as noções de processo e de aceleração do tempo podem apresentar matizes similares ou peculiares em cada autor, bem como discutir o quanto tais noções foram importantes para a interpretação e para a composição explicativa da tese de cada um dos autores. Trata-se, pois, de uma contribuição analítica que pretende mostrar as ricas possibilidades que são oferecidas, a partir da cultura escrita, visando mostrar a importância da

¹ Deve-se destacar que a obra de Reinhart Koselleck desfruta de um destaque mais evidente e referencial do que a de Timothy Brook.

aceleração do tempo e da noção de processo para o argumento de Reinhart Koselleck, no tocante à historiografia, e de Timothy Brook, no que diz respeito à apreensão que temos sobre o fenômeno histórico da Globalização.

A organização expositiva deste artigo contemplará a análise de cada autor, começando por Koselleck, tendo em seguida Brook. A linha que alicerça nossa argumentação está logicamente organizada a partir de uma interpretação geral das obras citadas, tendo como fundamentos analíticos as noções de processo e de aceleração do tempo como construtos operacionalizados por cada um desses historiadores. Destarte, é a partir da interpretação geral dessas obras que se posicionará a importância das noções de processo histórico e da aceleração do tempo, a fim de se propor uma análise sobre o papel que essas noções exercem no argumento e na construção analítica de cada um desses historiadores.

Futuro Passado: a importância do processo histórico e da aceleração do tempo na constituição do *topos* moderno apontados por Koselleck e sua contribuição para a historiografia

Reinhart Koselleck é um historiador alemão amplamente conhecido. Ele é especializado em história dos conceitos, além de fazer parte do rol dos grandes nomes no campo da teoria da história e da historiografia. Numa de suas principais obras, *Futuro Passado*, o pensador alemão faz uma abordagem do tempo histórico em suas possibilidades semânticas e cognitivas.

É importante ressaltar que o livro é composto de uma reunião de ensaios que foram produzidos em momentos diferentes da carreira desse historiador dos conceitos. Por isso, a organização dessa obra é feita no sentido de apresentar algumas das principais teorias produzidas pelo autor em seu percurso de vida.

O livro é dividido em três partes: “Sobre a relação entre passado e futuro na história moderna”; “Sobre a teoria e o método da determinação do tempo histórico”; “Sobre a semântica histórica da experiência”. A obra contempla um total de quatorze capítulos e apresenta subsídios importantes para a formação intelectual de um(a) historiador(a), sobretudo no que concerne à análise do tempo como um artefato teórico-metodológico.

Um dos pontos mais conhecidos e debatidos desse livro trata das categorias meta-históricas que o autor denomina de espaço de experiência e horizonte de expectativa. Koselleck nos apresenta a relevância dessas categorias, notadamente no

tocante à sua importância para a teoria e metodologia da história. Tal análise nos permite pensar as transformações históricas ocorridas na relação que os seres humanos têm com o tempo, considerando um longo período que vem desde a Antiguidade até a Contemporaneidade, tendo a Europa como cerne de sua preocupação.

Em adendo, uma das principais teses que está contida no livro – e que interessa sobremaneira a este artigo – é a que mostra a passagem do *topos* antigo para o moderno. Segundo o autor, há a transição de um modo de relação do ser humano com o tempo que revela uma orientação voltada para o passado, no *topos* antigo (até o século XVIII), para a uma orientação de futuro como progresso, no *topos* moderno. Assim, Koselleck faz uma reflexão de como se configurou o *topos* da história *Magistra Vitae* (mestra da vida) e como ocorreram mudanças neste, especialmente a partir do século XVIII (mormente entre 1750 e 1850), orientando para o futuro a relação do ser humano com o tempo.

Na fase da história exemplar (*Magistra Vitae*), ou seja, desde a Antiguidade Grega até o século XVII, a forma basilar e primaz de perceber o tempo era a partir dos fatos do passado, cujos elementos eram vistos como repetitivos na vida presente das pessoas. Desse modo, os acontecimentos eram vividos e notados menos sob o ângulo de seu ineditismo, de sua singularidade. Logo, esses acontecimentos eram encarados como exemplares de um passado tradicional e, com isso, não guardavam em si uma perspectiva de futuro ligado ao progresso. Em outros termos, “[...] a história deveria servir de ‘mestra da vida’, oferecendo exemplos para o presente” (RICUPERO, 2004, p. 116). A visão de futuro, no período em que predominou a história exemplar, estava enquadrada pela perspectiva escatológica. Assim, o pensamento acerca do futuro era de que se cumpriria algo já predeterminado.

Após o século XVIII, os acontecimentos passaram a ser vividos e enxergados sob o ponto de vista da orientação para o futuro, na medida em que, a partir desse momento, o progresso influenciava cada vez mais a vida dos seres humanos. Desde esse período prevaleceu, gradativamente, a noção e percepção dos homens de que o presente abria um conjunto de possibilidades de compreensão do passado, mas com uma orientação substancialmente voltada para o futuro, não para o passado em si. O progresso e o prognóstico configuravam as perspectivas dos indivíduos nessa fase. Assim:

[...] Para que as noções de novo e velho pudessem ser decididamente diferenciadas foi necessário que o tempo histórico deixasse de ser percebido como cíclico [*topos* antigo]. Somente num tempo compreendido como linear tais noções adquiriram pleno sentido [*topos* moderno].

Na concepção linear do tempo [a partir do século XVIII], pela primeira vez a ideia do novo se tornou dominante. Como os eventos não eram mais vistos como elos da ininterrupta cadeia do tempo, condenada a repetir-se infinitamente, passaram a ser compreendidos de forma particular. (ROCHA, 1999, p. 34).

Nesse sentido, cumpre voltar a chamar a atenção para as duas categorias meta-históricas cunhadas por Koselleck: espaço de experiência e horizonte de expectativa. Essas categorias contribuem para que ele consiga organizar sua análise sobre a caracterização dos *topos* antigo e moderno. Portanto, ancorado na categoria espaço de experiência, o historiador enxergou a passagem de um *topos* a outro, analisando as condições histórico-sociológicas que se colocaram na passagem do século XVIII para o XIX.

Podem ser destacados, com maior pujança, três tipos de mudanças que são as mais valorizadas pelo autor alemão, com vistas a fortalecer seu argumento sobre as transformações do espaço de experiência na transição para o século XVIII, que geraram um horizonte de expectativa novo, voltado para o progresso. Uma mudança está relacionada às transformações no campo da cultura e das ideias. As outras duas estão vinculadas às transformações no campo social e político, logo, essas duas últimas têm uma relação umbilical com a aceleração do tempo.

Começando pela transformação no campo da cultura e das ideias, vale sublinhar, a partir de Koselleck, que, na Europa ocidental, no período que se seguiu ao século XVIII, a filosofia racionalista tomou o lugar da perspectiva religiosa como norte orientador das reflexões e ações humanas, marcando a inflexão presente numa longa transformação ocorrida nos campos da cultura e das ideias que se desenvolviam desde o período Medieval europeu.

Com relação às duas mudanças mencionadas no campo político e social, cumpre destacar que o autor argumenta que o tempo acelerou agudamente a partir dos acontecimentos relacionados à Revolução Francesa e à Revolução Industrial. A primeira delas fez emergirem transformações rápidas e constantes num curto período de tempo, sobretudo no que toca à política, uma vez que esse período experimentou alternâncias e alternativas de poder num curto espaço de tempo.

Já a segunda mudança tem mais relação com as alterações no ritmo da vida humana, pois a Revolução Industrial fez as cidades funcionarem num ritmo que contribuía para a intensificação da “vida nervosa” (cf. SIMMEL, 2005, p. 577), o que promoveu transformações sociais de grande vulto na passagem do século XVIII para o XIX, produzindo nas pessoas uma mudança cognitiva em relação ao cotidiano.

O argumento principal de Koselleck, neste caso, é que essas experiências vividas pela Europa ocidental (e outras menos destacadas pelo autor) contribuíram para alterar o horizonte de expectativa das pessoas. Como consequência, emergiu a percepção de um futuro em aberto e que prometia àqueles seres humanos pensarem no progresso sem se sentirem limitados pela perspectiva escatológica.

Portanto, desde essas mudanças na cultura/ideias e por conta da aceleração do tempo (mudanças sociais e políticas ocorridas de forma rápida e num ritmo constante), o futuro tornou-se algo a ser construído pelas mentes, corações e ações humanas. Não se tratava mais, segundo historiador alemão, de um futuro a ser concedido ou controlado pela providência divina. O juízo final não era mais a medida que orientava a visão e projeção de expectativa daquelas pessoas.

Em consequência, a noção de tempo ganhou uma semântica diferente depois do século XVIII e XIX, sobretudo na Europa ocidental. Primeiro, porque houve uma maior valorização do presente como possibilidade de mudança. Tendo em vista que o espaço de experiência sofria alterações rápidas e numa escala nunca antes vista, o tempo presente começou a ser enxergado como singular, peculiar, inédito, não mais como repetição, conforme o período da história mestra da vida. Segundo, porque, com o deslocamento da pressão exercida pelo pensamento religioso e o crescimento da influência da filosofia Iluminista, o tempo presente foi, gradativamente, encarado como possibilidade aberta e a ser construído pelas pessoas (não pelos desígnios orquestrados por Deus). Como consequência, o presente passou a ser visto como fundamental para se construir o futuro. O porvir parecia depender exclusivamente das ações humanas no presente. Com isso, o passado perdeu sua importância como mestre da vida, passando a ser uma referência para se pensar o presente e, por conseguinte, para se construir o futuro, o progresso.

Portanto, surgiu uma nova chave cognitiva e essa chave conduzia as pessoas a compreenderem sua relação com o tempo de forma diferente. É como se os seres humanos desse período transitassem da pergunta “o que o tempo pode nos ensinar?” para outra que era “o que podemos aprender com o tempo?” (cf. ARENDT, 1992, p.

88). Ora, “o que o tempo pode nos ensinar” remete à história mestra da vida, aquela em que os indivíduos se colocam de forma quase que totalmente passiva diante das experiências que têm no tempo. “O que podemos aprender com o tempo” desloca o campo de aprendizagem para as categorias de entendimento humanas e, desse modo, alude à capacidade das pessoas em experimentar o tempo e pensar sobre seus efeitos.

Associada a essas duas capacidades (experimentar o tempo e pensar sobre seus efeitos) se colocavam as pressões do cotidiano (espaço de experiência), a partir das quais a aceleração do tempo impunha, à cognição humana, uma percepção de que os acontecimentos estavam se tornando passageiros. Logo, nesta perspectiva, o presente se conformaria em uma ponte para o futuro, não de um fio condutor de volta para o passado².

Contudo, o livro de Koselleck não apenas identifica essas formas de relação com o tempo que o ser humano experimentou ao longo de sua história. Em outras palavras, o autor não se atém a mostrar as relações que o homem teve com tempo, mas também visa mostrar quais as implicações teórico-metodológicas geradas por essa passagem ao *topos* moderno.

Nessa linha de raciocínio, pode-se inferir que a preocupação do historiador alemão é não só oferecer uma fundamentação teórica que possa dar conta de explicar as transformações modernas de nossa experiência em relação ao tempo, mas também ajudar o historiador a pensar a partir dessas transformações. Destarte, há uma dupla serventia, uma metodológica e outra teórica, na análise que autor faz em *Futuro Passado*.

Diante do exposto, é conveniente destacar também que é muito relevante, na análise de Koselleck, mostrar o quanto a noção processo histórico se desenvolveu a partir dos eventos cruciais que marcaram a História Contemporânea europeia. A partir do século XVIII, emergiu uma noção de processo (temporal) diferente da que pode ser observada no período da história mestra da vida³.

² Deve-se chamar a atenção que outros pensadores consideram que essa perspectiva está ultrapassada. Como não é o foco do artigo, apresenta-se uma perspectiva importante como meio de expor brevemente as contendas. “[...] Eu acredito pouco nisso hoje. Finalmente, podemos dizer que Koselleck também participa daquele cronótopo historicista, a impressão de que o ritmo da história vai se acelerando. O que quer dizer que o ritmo da história vai se acelerando? Quer dizer que o momento da decadência, da perda da experiência do passado acontece cada vez mais rápido. [...] Acredito que essa percepção tenha mudado profundamente” (GUMBRECHT, 2011, p. 38)

³ Em outro livro, Koselleck (2001) discorre sobre o quanto Tucídides foi um dos que conseguiram empregar a noção de processo em suas análises. Nesse texto, o historiador alemão está ancorado fortemente numa ideia de processo como possibilidade de pensar e analisar o acontecimento único não

Ora, se, na fase da história exemplar (*Magistra Vitae*), a forma principal de perceber o tempo era a partir dos fatos do passado cujos elementos se repetiam no presente, após o século XVIII, com a aceleração do tempo e a primazia de uma outra forma de ver o mundo (a filosofia Iluminista), a ideia de processo histórico que abrangia passado, presente e futuro passou a prevalecer. Nesse sentido, o futuro, ainda que não fosse um tempo vivido pelos seres humanos, passava a exercer uma influência ativa no campo de experiência das pessoas, pois deixava em aberto as possibilidades de decisão.

Concluindo, questionamos de maneira inversa: em virtude de quais categorias a história, em seu sentido moderno [*topos* moderno], pode ser diferenciada daquelas regularidades identificadas em processos passíveis de repetição [história mestra da vida] que vimos apontando até aqui?

Para responder a esta pergunta temos que introduzir na hipótese coeficientes de movimento e de aceleração que não derivam mais – como antes – da expectativa do Juízo Final, mas que sejam adequados a um mundo cada vez mais transformado e transformável pela técnica.

Nosso moderno conceito de história contribuiu para a consolidação das determinações especificamente histórico-temporais de progresso e de regressão, de aceleração e de retardamento (KOSELLECK, 2006, p. 131).

As temporalidades históricas – o evento inédito e as estruturas de repetição, bem como as noções de passado, presente e futuro – puderam, mais sistematicamente, ser vistas, desde então, como possíveis de serem conectadas cognitivamente como um processo. Desse modo, duas possibilidades passaram a ser acionadas/mobilizadas para se pensar o tempo: (i) o tempo linear que opera uma abertura para o futuro como uma seta; (ii) o tempo recorrente e circular que permite uma visão de processo histórico (que passou a articular passado, presente e horizonte futuro) e que contempla a ideia de repetição, ou seja, a ideia de que o singular e o repetitivo devem ser vistos em complementaridade (Idem, 2001, pp. 36-42).

A visão dos historiadores incorporou, destarte, um elemento teórico-metodológico caro à compreensão acerca da vida humana: a noção de tempo estrutural. Cumpre reiterar, pois, que a concatenação do tempo curto

a partir dele mesmo, mas como uma possibilidade de pensar e analisar como tal acontecimento está ligado a uma estrutura de longa duração que dá sentido ao fato. Consequentemente, esse historiador dos conceitos nos mostra o quanto Tucídides empregava, em sua análise histórica, uma visão de tempo que não era meramente seduzida pelo evento único, singular, mas sobretudo buscava envolvê-lo num processo que tencionava explicar o ocorrido, mesclando, em alguma medida, o significado do acontecimento com as explicações de longo prazo que o revestia o acontecimento.

(acontecimentos que ocorriam numa velocidade cada vez maior, a partir do século XVIII) e do tempo longo (fator explicativo que dá sentido às constantes mudanças promovidas pelos acontecimentos cada vez mais velozes) tornou-se uma premissa seminal à teoria da história. É por isso que referido historiador dos conceitos valoriza sobremaneira o que chama de estruturas dinâmicas, pois é por meio dessa ferramenta analítica que se pode perceber os elementos de repetição inscritos no tempo (não só o acontecimento inédito), tornando possível a concatenação entre as temporalidades.

A história passou, desde esse período Moderno, a ser tratada como um princípio causal explicativo importante para a compreensão dos eventos singulares que se avolumavam aceleradamente, a partir do século XIX, na Europa Ocidental. Assim, a história passou a ser vista como um campo de conhecimento capaz de articular os acontecimentos singulares e inéditos com a estrutura que dá um tom de integralidade, de continuidade a esses acontecimentos⁴. A história passou a articular, pois, a curta duração com a longa duração; passou a articular uma perspectiva sincrônica com a diacrônica. Nessa fase, os historiadores puderam passar a considerar a história a partir de uma cadeia causal ampla e não trivial (cf. KOSELLECK, 2006).

Destarte, o inédito e o repetitivo começaram a ser encarados como integrados numa cadeia de acontecimentos que reconhece e incorpora o dinamismo das temporalidades. E esse refinamento teórico-metodológico ganhou sistematicidade a partir dos séculos XVIII e XIX, período em que os eventos que ensejaram a aceleração do tempo modificaram o espaço de experiência e, por conseguinte, passaram a influenciar (e serem influenciados pelo) o horizonte de expectativa dos seres humanos, gerando, pois, uma necessidade de os historiadores sistematizarem novos instrumentos teóricos concernentes ao tempo, com vistas a compreenderem melhor os acontecimentos que sucediam numa velocidade jamais sentida ou percebida.

Com isso, a aceleração do tempo histórico, ocorrida a partir do século XVIII, é um dos fundamentos importantes do argumento do autor sobre a mudança do *topos*

⁴ No livro *Los estratos del tiempo: estudios sobre la historia*, Koselleck (2001) explica mais detalhadamente essa relação entre as temporalidades. Ele as chama de três tipos de aquisição de experiência: a primeira representada pela surpresa (acontecimento), a segunda pela repetição (que pode ser observada nos elementos que se repetem nos acontecimentos) e a terceira experiência que pode ser vista pelo tempo longo que permite perceber as mudanças de curto e médio prazos.

antigo para a relação moderna que os seres humanos têm como tempo. Nesse campo semântico, a aceleração do tempo tem um sentido de mostrar como o espaço de experiência das pessoas se tornou cada vez mais impregnado por novas imagens e por acontecimentos (a Revolução Francesa, que colocava em prática as ideias da filosofia Iluminista e a Revolução Industrial, que promovia a constante aceleração da vida social) que promoviam alterações bruscas na percepção humana.

Como desdobramento, ocorreu o distanciamento entre o espaço de experiência e o horizonte de expectativa (RICOEUR, 2010, p. 362). É nesse sentido que Koselleck nos mostra o quanto a aceleração do tempo fez os historiadores (e os filósofos da história) perceberem que os acontecimentos, que sucediam numa velocidade cada vez mais rápida, precisavam ser enquadrados numa perspectiva (explicativa) que concatenava o tempo numa visão de processo. Com isso, a teoria da história criou uma sistematicidade analítica que se ancorava na ideia de processo e conferia à história uma importância explicativa para pensar as sociedades humanas.

O Chapéu de Vermeer: a importância do processo histórico e da aceleração do tempo na compreensão de Brook acerca do começo do mundo globalizado no século XVII

Timothy Brook é um historiador canadense que tem se tornado cada vez mais conhecido no Brasil, sobretudo em razão de seu livro intitulado *O Chapéu de Vermeer*, obra selecionada para a análise neste artigo. O autor é especialista em estudos sobre a China, além de ser professor da Universidade de Oxford, bem como reitor do Saint John's College da Universidade da Colúmbia Britânica (cf. BROOK, 2012). O trabalho em apreço foi composto como consequência da experiência desse professor em ministrar um curso de história mundial, nas Universidades de Stanford e de Toronto. Nesse livro, Brook faz uma análise das grandes transformações que ocorreram na história da humanidade no século XVII. Além de sua erudição, um dos pontos que mais podem ser destacados nessa obra corresponde ao uso de objetos de arte como “portas” que se abrem para que o autor possa compreender e expor o intenso crescimento dos contatos entre povos localizados em diversas regiões do planeta terra.

A questão principal que preside as investigações desse historiador é compreender a teia de ligações comerciais que foram engendradas, em várias partes do mundo, no decurso do século XVII, o que desencadeou, por conseguinte, contatos

de pessoas e de culturas em escala nunca antes registrada na história da humanidade. Para tal empreendimento, o pesquisador parte substancialmente da análise de sete quadros de pintores holandeses: cinco do autor Johannes Vermeer, um de Hendrik van der Burch e outro de Leonaert Bramer. Além disso, analisa também um prato de porcelana que parece ser chinesa e que, segundo Brook, pode ser encontrado no Gemeente Musea Delft.

Deve-se colocar em destaque, metodologicamente, que o pesquisador canadense não faz uma análise dos quadros (nem da porcelana) como objetos de arte, ou seja, com base em sua significação artística ligada ao campo da cultura. Ele pondera que os quadros, quando são concebidos e feitos por pintores, não são “tirados” tal como fotografias que visam espelhar uma realidade. Quadros “[...] são feitos, cuidadosa e deliberadamente, menos para mostrar uma realidade objetiva do que para apresentar uma situação específica” (Idem, 2012, p. 20).

O que Brook propõe é partir de elementos singulares presentes nos supracitados objetos – tanto nos quadros quanto na porcelana – para, com base em suas categorias de compreensão históricas, examinar e descortinar uma cadeia de inter-relações comerciais que se estendem e crescem exponencialmente no século XVII, proporcionando a conexão de mercadorias, pessoas e culturas de origens tão distantes quanto diferentes entre si. Conforme assinalado pelo próprio autor, tais elementos encontrados nos objetos investigados foram encarados como “portas” que lhe permitiram mergulhar além da superfície e olhar “com atenção os objetos como sinais da época e do lugar em que foi feita a pintura” (Idem, *ibidem*).

Em razão do exposto, vale chamar a atenção que cada um dos sete primeiros capítulos do livro corresponde à abertura de uma “porta” para que ele componha o seu próprio quadro de conhecimento sobre o que ocorria no mencionado século, especialmente no que tange ao crescimento exponencial das trocas comerciais e dos contatos entre povos muitos distantes. No oitavo e último capítulo, não há a realização de nenhuma análise específica de quadro ou outro objeto de porcelana. Trata-se, pois, de um capítulo que visa consubstanciar os argumentos desenvolvidos em todo o livro.

A partir das “portas” abertas pelos objetos perscrutados são apresentados, em cada um dos sete capítulos iniciais, o desenvolvimento de conhecimentos que propiciaram a navegação de longa distância de forma mais rápida e segura, bem como os contatos entre povos europeus, americanos, asiáticos e africanos, colocando

em evidência processos vívidos de interação cultural ocorridos no transcurso desse período histórico. Por isso, uma das principais contribuições que o historiador canadense oferece ao conhecimento histórico está, em sua perspectiva de análise, na postulação de que o começo do mundo globalizado ocorreu nessa fase, ou seja, no século XVII, haja vista que, nesse período,

[...] as fronteiras que definiam as culturas se rompiam sob a pressão do *movimento constante*. Muita gente viajava pelo mundo, desde os poucos comerciantes ricos que trabalhavam com mercadorias de alto valor e percorriam grandes distâncias, até a miríade empobrecida de prestadores de serviços e trabalhadores dos meios de transporte que seguia em sua esteira. (Idem, p. 216, grifos meus).

O rompimento dessas fronteiras culturais tão distantes entre si decorreu de um movimento constante de pessoas (e mercadorias) que aconteceu com maior visibilidade e presença histórica no século XVII, época que o autor chama de “segundos contatos” (Idem, p. 19), uma vez que os “primeiros contatos” estabelecidos com a Expansão Marítima e Comercial europeia, no século XVI, haviam criado apenas o que ele chama de “primeiro encontro” (Idem, *ibidem*).

Portanto, no período que é definido como de primeiros contatos, ocorreu o encontro fundador e primitivo entre povos diferentes e deveras distantes, colocando em contato as diversas partes do Globo Terrestre, mas sem uma teia comercial reiteradamente estabelecida. Já na época dos “segundos contatos”, o movimento se repetia e os encontros entre povos de continentes diversos e distantes eram recorrentes, em decorrência das intensas viagens que eram orientadas pelo desejo do lucro que poderia ser obtido com a crescente circulação de mercadorias. Com isso, na fase dos “segundos contatos”, o comércio foi bastante incrementado e muito expandido, atingindo, desse modo, escalas efetivamente globalizantes que outrora não haviam sido experimentadas.

Como desdobramento, pode-se compreender que ocorreram, depois dos “segundos contatos”, encontros recorrentes de pessoas e culturas igualmente nunca antes verificados, produzindo trocas e influências simbólicas cada vez mais amplas e complexas. Destarte, pode-se concluir que tais acontecimentos levaram o referido pesquisador a propor que a gênese do mundo globalizado deve ser identificada no século XVII porque foi o século em que todo o Globo Terrestre se encontrava conectado pelo comércio, produzindo trocas de mercadorias e interações culturais.

Abordando o crescimento do comércio no período Moderno europeu, Ana Moura e Cláudia Santos afirmam, numa interpretação muito próxima à do autor canadense em alusão, que “[...] Não foi somente uma questão de novos espaços, mas de um processo mercantilista qualitativamente diferente dos processos de expansão anteriores” (MOURA; SANTOS, 2013, p. 154). As autoras estão abordando um período um pouco anterior ao de Brook (século XVI), mas suas palavras denotam a espacialidade e o crescimento qualitativo do comércio no período.

Cabe chamar a atenção e ponderar que o historiador canadense não está tratando de um mundo globalizado caracterizado efetivamente por uma divisão internacional do trabalho nem da produção espalhada em diversas partes do planeta. Sua afirmação tem um sentido de nos mostrar o alcance da escala comercial obtida com o interesse, coragem e trabalho de pessoas de diversas partes do Globo Terrestre, além de ter o objetivo de nos mostrar que o impacto desses movimentos constantes e cada vez mais acelerados produziam as trocas culturais tão significativas quanto o alcance dos negócios que se realizavam.

A partir do livro *O Chapéu de Vermeer* pode-se inferir, portanto, que a premissa subjacente que lastreia a argumentação do autor é a de que alguns fatores foram importantes para o crescimento e intensificação do comércio em escala global. Dentre eles podem ser destacados a motivação de enriquecimento (seja no âmbito pessoal, empresarial ou governamental), a ideia de progresso que revestia a procura por novos mercados e mercadorias, bem como o incentivo aos novos conhecimentos, com vistas a viabilizar o comércio em escala global.

É possível deduzir, pois, que todos esses fatores apontados anteriormente se serviram da aceleração do tempo ocorrido já na primeira fase de contatos (desde o século XVI), intensificando-se e animando-se no período chamado por Brook de “segundos contatos” (a partir do século XVII). Essas movimentações constantes de pessoas e mercadorias podem ser enxergadas como construções sociais e históricas, uma vez que são germinadas nas relações entre os diversos atores sociais e desenvolvidas ao longo do tempo.

Portanto, apesar de a tese de Brook apontar o começo do mundo globalizado no século XVII, é importante chamar a atenção que seu livro não deixa de nos mostrar que esse mundo globalizado foi gestado no bojo de um processo histórico em que a gradativa aceleração temporal era um princípio basilar, constituindo-se, desse modo, na raiz de toda essa transformação. Nesse sentido, é conveniente apresentar

um excerto um pouco mais longo, que complementa a ideia de Brook sobre primeiros contatos (século XVI) e segundos contatos (século XVII), a fim de mostrar como, no *Chapéu de Vermeer*, foram fincadas as bases sobre a visão concernente às diferenças entre os dois períodos, bem como sobre a noção de processo.

A explosão migratória do século XVII foi prefaciada por uma atração pela China que já no século XVI começara a configurar as escolhas europeias. O século XVI foi de descobertas e encontros violentos, de erros e sorte inesperada, de fronteiras cruzadas e fronteiras fechadas, e criou uma teia de interligações que se espalhou por todas as direções. O século XVII foi diferente. Os primeiros encontros tornaram-se relacionamentos prolongados; as trocas fortuitas sistematizaram-se no comércio regular; a linguagem dos gestos foi suplantada por dialetos e genuína comunicação. Perpassando todas essas mudanças estava o fator comum da mobilidade. Mais pessoas deslocavam-se, cobrindo grandes distâncias, e ficavam longe de casa por mais tempo do que em todo o resto da história humana. Mais pessoas envolviam-se em transações com povos cuja língua não conheciam e cuja cultura nunca fora vivenciada. Ao mesmo tempo, mais gente aprendia novas línguas e se ajustava a costumes desconhecidos. Os primeiros contatos, ou a maior parte deles, tinham terminado. O século XVII foi de segundos contatos (BROOK, 2012, p. 31).

Diante do exposto, depreende-se, com base na leitura do livro em apreço, que a aceleração do tempo de forma gradativa transcorreu como um processo cujo esteio foi, conforme apontado acima, precisamente a “pressão do *movimento constante*” (idem, p. 216, grifos meus) que impulsionava os seres humanos na busca por novos mercados, por lucro, por novos aprendizados que propiciariam enriquecimento, por novos horizontes, por novos desafios, por conhecer novas culturas etc.

Essa perspectiva fica mais perceptível ao analisarmos, por exemplo, um trecho no qual o historiador mostra o crescimento das teias de relações e a aceleração do ritmo da vida no período em que ele defende que ocorreu a gênese do mundo globalizado.

Pensem de novo no mundo do século XVII como a rede de Indra, mas uma rede que, como teia de uma aranha, estava crescendo o tempo todo, lançando novos fios a cada nó, prendendo-se a novos pontos sempre que chegavam ao alcance, ligando-se lateralmente à direita e à esquerda, cada lançamento de um fio novo repetido várias vezes. Com o aumento da densidade dos filamentos, a teia tornou-se cada vez mais extensa, mais emaranhada e complexa, mas cada vez mais conectiva (Idem, p. 128).

Outra característica singular que se pode compreender, a partir da leitura, é que a aceleração constante do ritmo da vida econômica e social não ocorreu

exclusivamente na Europa ocidental. Com efeito, o autor mostra essa região como ponto de partida de empreendimentos que movimentavam mercadorias e riquezas, além de trajetórias pessoais, produzindo a readequação de limites culturais diversos. Mas, cumpre salientar que essa segunda fase de contatos acabou por impulsionar, paulatinamente, a “diminuição” do Globo Terrestre (as distâncias entre povos), propiciando, gradativamente, a aceleração dos tempos sociais em diversas partes do globo, conforme pode ser visto na passagem a seguir que complementa a que foi citada anteriormente, mostrando que a aceleração do tempo era progressiva em muitos lugares do planeta.

Havia muitos fiandeiros nessa teia, e muitos centros, e a teia que fizeram não se estendeu simetricamente e para todos os lugares. Alguns lugares foram mais favorecidos que outros, devido à localização e ao que se fazia lá ou se levava para lá. Outros lugares tentaram ficar fora da teia construindo fortificações e impondo regulamentos para isolar-se. Ainda assim, a teia de aranha crescia e ramificava-se sempre que os indivíduos se mudavam, conquistavam ou comerciavam, como fizeram durante a primeira metade do século XVII em um ritmo mais veloz e em maior número do que nunca (Idem, *Ibidem*).

Ao propor que havia muitas pessoas de diversas partes que faziam as conexões desses fios e que muitos centros haviam sido criados, nessa época, o historiador canadense intenta argumentar o quanto a escala das viagens desses contatos comerciais se tornavam, na fase dos segundos contatos (século XVII), movimentos de nível efetivamente globais, tendo em vista que colocavam em contato povos de todos os continentes do mundo.

Nesse sentido, deve-se chamar a atenção que o historiador canadense distancia-se de outros pesquisadores, como, por exemplo, Fernand Braudel. O historiador francês também reconheceu que o capitalismo existiu em dimensão mundial (e com base em monopólios). No entanto, diferentemente da perspectiva de Brook, Braudel compreende que prevaleceu o que pode ser denominado de economia-mundo, não uma economia mundial *stricto sensu*. Vejamos a explicação do historiador francês para a diferença entre ambas:

[...] Uma vez mais, há interesse em fixar o vocabulário. Com efeito, necessitaremos utilizar duas expressões: economia mundial e economia-mundo, a segunda mais importante ainda do que a primeira. Por *economia mundial* entende-se a economia do mundo considerada em seu todo, o “mercado de todo o universo”, como já dizia Sismondi. Por *economia-mundo*, palavra que forjei a partir do vocábulo alemão *Weltwirtschaft*,

entendo a economia de somente uma porção do nosso planeta, na medida em que essa porção forma um todo econômico. Escrevi, já faz tempo, que o Mediterrâneo do século XVI era, por si só, uma *Weltwirtschaft*, uma economia-mundo; podendo igualmente chamar-se lhe, em alemão, *ein Welt für sich*, um mundo em si mesmo. (BRAUDEL, 1987, p. 53, grifos do próprio autor).

É possível perceber, então, que o historiador francês mostra que, para ele, a economia-mundo distingue-se da economia mundial por se irradiar a partir de um eixo do globo. Por outro lado, vale ressaltar que, ainda que essa economia-mundo tenha um polo específico, ela oferece a possibilidade de se comercializar produtos gerados em diversas regiões do globo, ou seja, pode ter um alcance global. Mesmo assim, Braudel prefere destacar o caráter axial da economia-mundo, em detrimento do uso de economia mundial como algo ainda mais amplo.

Portanto, diferentemente de Brook, que enxerga, em *O Chapéu de Vermeer*, um mundo globalizado já gestado, mundo esse representado eminentemente pelo papel que a economia exerce na ligação entre pessoas e culturas diferentes, Braudel tem a preocupação heurística de mostrar como o crescimento da economia em escala global podia ser observado a partir de um polo de negociação (ou de alguns polos específicos de negociação). E faz isso eminentemente a partir da dimensão econômica, produzindo, então, uma diferença entre economia mundial e economia-mundo, designando a última como tendo desempenhado um papel mais visível.

O trabalho de Brook parte da dimensão econômica, mas acaba conferindo também importância às dimensões social e cultural, ou seja, aos contatos entre povos que produzem interações que também contribuíram para modificar modos de pensar e de se comportar. É por isso que a aceleração do tempo social e histórico tem tanta importância na matriz explicativa desse pesquisador do século XVII como começo do mundo globalizado.

Cabe acrescentar, com grande destaque, que a forma como Brook tece seus argumentos pode ser colocada como um elemento quase tão importante quanto o resultado analítico de sua pesquisa. Conforme visto, o historiador canadense parte de um elemento singular, ou seja, de um objeto presente num quadro ou num prato. Esse elemento é tratado como uma pista que é usada para que ele nos apresente acontecimentos valiosos que nos fazem compreender toda a estrutura de comércio global, com mobilidade de pessoas e trocas culturais intensas. Desse modo, deve-se iluminar que, partindo de eventos, o autor encontra analiticamente toda uma trama

de relações mais amplas que nos oferece a compreensão de estruturas políticas e econômicas que revestiam os acontecimentos. É assim que o mundo globalizado cada vez mais acelerado surge da pena desse historiador canadense. É assim que seus argumentos são articulados no transcurso do livro.

Deve-se destacar, portanto, que Brook apreende o que se apresenta historicamente de forma constante (a estrutura) a partir do que está em frequente mutação (os acontecimentos singulares). Desse modo, consegue fazer uma análise que conecta temporalidades distintas. Ele faz isso partindo de um acontecimento singular narrado até chegar à descrição de toda uma estrutura. É por meio desse caminho analítico e argumentativo (dentre outros recursos teórico-metodológicos) que o historiador canadense consegue perspectivar um novo significado genesiaco à globalização, postulando que o mundo global já podia ser visto no século XVII.

É nesse sentido, pois, que Brook consegue concatenar os três tipos de experiências históricas (KOSELLECK, 2001, p. 49), ou seja, a surpresa do acontecimento, a repetição dos elementos contidos nesses acontecimentos e, a partir da experiência histórica, consegue perceber o processo histórico que jaz na longa duração.

Um cambio de sistema semejante, recogido antaño en experiencias míticas, sólo puede ser captado mediante determinadas técnicas de investigación histórica. Nuestra tercera forma de cambio de experiencia, la de a largo plazo, no es em absoluto perceptible sin los métodos historiográficos (KOSELLECK, 2001, pp. 54-55).

Com isso, o autor de *O Chapéu de Vermeer* busca, com base em sua extensa pesquisa e em seu conhecimento da historiografia sobre o período, propor um caminho que visa oferecer uma alternativa ao dilema da relação entre estrutura e evento, dilema tão caro à epistemologia da história.

Considerações finais

A aceleração do tempo histórico ocupa um lugar central tanto no livro de Timothy Brook quanto no de Reinhart Koselleck. O historiador canadense não se refere específica e nominalmente a um tempo acelerado. Não obstante, deve-se ressaltar que ele aponta as transformações que ocorrem no período Moderno europeu e apresenta o quanto tais mudanças foram capazes de produzir o que ele caracteriza

como começo de um mundo globalizado. Destarte, pode-se depreender que a aceleração do tempo é o eixo central de sua argumentação para propor uma interpretação diferente sobre o papel do século XVII no mundo globalizado. Sendo assim, a aceleração do tempo é a condição imprescindível para tal efeito nas conexões globais.

O historiador alemão dos conceitos é explícito no uso da categoria aceleração do tempo. Ele é claro ao argumentar que há um movimento acelerado do tempo, na Europa ocidental (sobretudo a partir do século XVIII), que é marcado pela “explosão demográfica” e pelo desenvolvimento da “capacidade técnica, assim como em consequência das alterações de regime político” (KOSELLECK, 2006, p. 69). Portanto, nessa perspectiva, as alterações ocorridas no ritmo da vida social foram produzindo, notadamente após o século XVIII, um conjunto de acontecimentos que sucediam num ritmo mais rápido, o que fez com que as pessoas passassem a ter uma relação diferente com o tempo, tanto do ponto de vista da cognição como da experiência vivida. Nesse sentido, a aceleração do tempo no presente (espaço de experiência) acabou conduzindo a visão e projeção de objetivos das pessoas para o futuro (horizonte de expectativa). Não se pode deixar de sublinhar e observar que Koselleck enxerga essa mudança no horizonte de expectativa também por conta do gradativo esmaecimento da escatologia e do crescimento da filosofia Iluminista. Em outras palavras, gesta-se, pouco a pouco, uma visão de progresso que encarna, a partir da filosofia, possibilidades de transformações políticas, sociais, econômicas etc.

Apesar dessa aproximação em termos da centralidade que a aceleração do tempo tem para os argumentos dos autores, é importante ressaltar uma diferença entre a construção de cada autor em seu livro. Nesse sentido, enquanto Brook expõe, em seu texto, a aceleração do tempo a partir do desenvolvimento e da visão de progresso ligada à economia, às trocas comerciais e à possibilidade de enriquecimento (ou, para os menos abastados, de fazer sua vida material), Koselleck nos mostra a aceleração do tempo partindo de transformações que ocorreram na dimensão social, cultural e política, tendo por base as operações semânticas e cognitivas sobre o tempo.

Cumprido ressaltar, em adendo, que o historiador canadense posiciona a aceleração do tempo como propiciadora de um novo conhecimento histórico postulado por ele. Sendo assim, o acompanhamento da aceleração do tempo permitiu com que Brook conseguisse enxergar o crescimento exponencial do comércio e, por

consequente, o contato entre pessoas e povos muito distantes um do outro. Esse, portanto, é o fundamento heurístico que o leva a afirmar que o mundo globalizado começou no século XVII.

O historiador alemão dos conceitos, por sua vez, enxerga que a aceleração do tempo histórico, na Europa, no período de transição do século XVIII para o XIX, desencadeou um conjunto de mudanças na vida social e política. E isso o fez enxergar a transição de um modo de experimentar o tempo e de enxergá-lo. Com isso, Koselleck nos mostra a mudança de uma relação humana com o tempo que promovia uma ligação entre presente e passado (história mestra da vida) para uma relação que engendrava cada vez mais um esgarçamento entre o presente e o futuro, entre o espaço e experiência e o horizonte de expectativa.

Além dessas dessemelhanças, cumpre chamar a atenção para outra que remete à noção de processo e que pode ser apreendida a partir de cada um desses dois escritos. Tanto um como outro historiador trabalham a partir da noção de processo histórico como meio explicativo para o fenômeno que pretendem investigar.

O historiador canadense mostra como houve um processo de crescimento de contatos de pessoas de lugares distantes, por meio do empreendimento econômico. Essa noção é tão importante que conduz Brook, em *O Chapéu de Vermeer*, posicionar o século XVII como um período marcado por mudanças mais significativas que tornam o mundo “pequeno” diante dos empreendimentos de nível global.

Já o livro *Futuro Passado*, por reunir ensaios escritos em tempos distintos da vida de Koselleck, não apresenta um encadeamento argumentativo produzido pelo autor, mas sim pela organização da obra que foi realizada *a posteriori*, em relação à escrita. E essa operação de organização da escrita do livro tem impacto nessa visão de temporalidade.

Mesmo assim, pode-se afirmar que, nesse livro, podemos observar situações em que há uma proeminência da explicação ancorada no processo. Não poderia ser diferente, dada a preocupação do autor alemão com as “estruturas dinâmicas” do tempo. Para ficar num exemplo, basta indicar que Koselleck nos mostra o quanto, pouco a pouco, com a aceleração do tempo, com as novas ideias Iluministas e a partir dos eventos que ensejaram a revolução francesa, o conceito de revolução foi ganhando uma conotação orientada para o futuro, coadunando com as perspectivas filosóficas e cognitivas do período pós-século XVIII. Revolução, destarte, passou a

significar mudança em direção a um futuro promissor, diferentemente da noção de retorno, de volta ao passado que o conceito tinha antes desse marco temporal.

Mais importante ainda é destacar que esse pensador alemão, diferentemente de Brook, transcende o uso do processo como ferramenta heurística, apresentando sua incorporação na epistemologia da história. Em *Futuro Passado*, no capítulo “História, histórias e estruturas temporais”, para sermos mais precisos, Koselleck afirma que a noção de tempo já fazia parte da vida humana mesmo no período em que não se tinha uma visão epistemologicamente complexa acerca do tempo, ou seja, mesmo antes do século XIX. Sendo assim, o tempo social era percebido como algo que fazia parte da vida das pessoas, ainda que o tempo natural (ritmo do sol, da lua etc.) fosse o predominante. O que ocorre no século XIX é que a noção de tempo começa a ser percebida como “estruturas dinâmicas” que contemplavam a noção de processo. Desse modo, mudanças e permanências conectam-se a um tempo estrutural que comporta e dá sentido aos eventos.

Desde então [especialmente o século XIX], tornou-se possível compreender a história como um processo, desencadeado por forças imanentes não mais derivadas de determinações naturais e, com isso, não mais explicável, de forma suficiente, a partir de relações causais. A dinâmica da modernidade histórica é uma dinâmica *sui generis*. Trata-se de um processo de resultados, cujo sujeito ou sujeitos podem ser investigados somente na reflexão sobre o processo, sem que com isso o próprio processo se faça determinável (KOSELLECK, 2006, p. 132, grifos do autor).

Referências Bibliográficas

ARENDDT, Hannah. “O conceito de história – Antigo e Moderno”. In: *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 1992, pp. 69-126.

BLOCH, Marc. *Apologia da história – Ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

BRAUDEL, Fernand. *A dinâmica do capitalismo*. Tradução Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

BROOK, Timothy. *O chapéu de Vermeer: O século XVII e o começo do mundo globalizado*. Tradução: Maria Beatriz de Medina. Rio de Janeiro: Record, 2012.

ELIAS, Norbert. *Sobre o tempo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. “Depois de ‘Depois de aprender com a história’, o que fazer com o passado agora?”. In: NICOLAZZI, Fernando; MOLLO, Helena Miranda; ARAÚJO, Valdeci Lopes de. *Aprender com a história? O passado e o futuro de uma questão*. Rio de Janeiro: FGV, 2011, pp. 25-42.

HOBSBAWM, Eric. “A volta da narrativa”. In: *Sobre a história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, pp. 201-206.

KOSELLECK, Reinhart. *Los estratos del tiempo: estudios sobre la historia*. Barcelona: Ediciones Paidés, 2001.

_____. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Tradução do original alemão: Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto, Ed. PUC-Rio, 2006.

LACAPRA, Dominick. “O queijo e os vermes: o cosmo de um historiador do século XX”. In: *Topoi* (Rio J.), Rio de Janeiro, v. 16, n. 30, p. 293-312, jan./jun. 2015 | www.revistatopoi.org.

LOZANO, Jorge. “La historia como narración”. In: *El discurso historico*. Madrid: Alianza Editorial, 1987, pp. 113-171.

MOURA, Ana Maria da Silva; SANTOS, Cláudia. *História Moderna I* (v. 1). Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2013.

NOIRIEL, Gerard. “La crise des paradigmes”. In: *Sur la “crise” de l’histoire*. Paris: Éditions: Belin, 1996, pp. 123-171.

NUNES, Benedito. “Experiências do tempo”. In: NOVAES, Adauto. *Tempo e História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, pp. 131-140

REVEL, Jacques. “Microanálise e construção do social”. In: Jacques Revel (Org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1998, pp. 15-38.

RICOEUR, Paul. “Para uma hermenêutica da consciência histórica”. In: *Tempo e Narrativa*. O tempo narrado. Revisão e tradução: Márcia Valéria Martinez de Aguiar. São Paulo: Martins Fontes, 2010, pp. 352-408.

RICUPERO, Bernardo. “No passado, as bases da nação”. In: RICUPERO, Bernardo. *O Romantismo e a idéia de nação no Brasil (1830-1870)*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

ROCHA, João Cesar Castro. “História”. In: JOBIM, José Luis (org.). *Introdução ao romantismo*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1999.

SIMMEL, Georg. “As grandes cidades e a vida do espírito”. In: *Mana: estudos de antropologia social*, vol. 11, n. 2, pp. 577-591, outubro, 2005.

THOMPSON, Edward Palmer. “Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial”. In: *Costumes em comum* – estudo sobre cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Luís Claudio Palermo: Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e bolsista da FAPERJ – Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro.

Artigo recebido para publicação em: fevereiro de 2017
Artigo aprovado para publicação em: abril de 2017

Como Citar:

PALERMO, Luís Claudio. A aceleração do tempo e processo histórico em Reinhart Koselleck e Timothy Brook. **Revista Transversos**. “**Dossiê: Vulnerabilidades: pluralidade e cidadania cultural**”. Rio de Janeiro, nº. 09, pp. 300-325, ano 04. abr. 2017. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/transversos>>. ISSN 2179-7528. DOI: 10.12957/transversos.2017.27375.

